

**DECISÃO. IMPUGNAÇÃO. RODRIGO SCHMITZ. CPF nº 720.840.810-68.  
CREDENCIAMENTO nº 001/2024.**

Considerando a Impugnação apresentada por RODRIGO SCHMITZ, brasileiro, divorciado, Leiloeiro Oficial matriculado na JUCEG sob n. 069, portador do RG n. 72084081068 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n. 720.840.810-68, quanto ao Edital de Credenciamento nº 001/2024, que tem por objeto o credenciamento de leiloeiros oficiais, seguem os esclarecimentos e decisão sobre as questões impugnadas:

**1- DA COMISSÃO DO LEILOEIRO – UNIFORMIZAÇÃO DA PROPORÇÃO DE 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O BEM ARREMATADO DE QUALQUER NATUREZA:**

O Termo de Referência que instrui o processo dispõe em seus itens 6.1 e 6.2 o seguinte: “6.1. O contratado obriga-se a executar os serviços, objeto deste termo, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento) sobre bens móveis e a de 3 % (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza, bem como despesas do leilão, conforme Instrução Normativa do DNRC nº113/2010, art. 12, inciso II, alínea “A” e “B” respectivamente, a ser pago pelo comprador no ato da arrematação, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão de venda pelo comprador, nem pelos valores despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la. 6.2. Não será devido ao CONTRATADO nenhum outro pagamento além da comissão referida e as despesas do leilão, prevista nesta cláusula terceira Sobre os pagamentos”. O instrumento convocatório, por sua vez, previu, ratificando as determinações da referência, em seu item 15.3 o seguinte: 15.3. Pela prestação de serviços o Leiloeiro receberá 5% (cinco por cento) sobre móveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3 % (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza, conforme Instrução Normativa do DREI nº 72/2019, art. 70, inciso II, alínea “B” respectivamente, a ser pago pelo comprador no ato da arrematação, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão de venda pelo comprador, nem pelos valores despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la. Efetivamente, as disposições indicadas no termo precisam ser esclarecidas, porquanto, o art. 24 do Decreto Federal nº 21.981./32, disponha em seu art. 24 e parágrafo único o seguinte: “Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre moveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3 % (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza. Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.” Na hipótese, como o instrumento convocatório a ser aderido pelos interessados, em condições padronizadas, o município comitente não irá remunerar os Leiloeiros, os quais receberão exclusivamente a comissão de 5% (cinco) por cento dos compradores em relação a quaisquer bens adquiridos. Assim, de ser retificado o edital e, conseqüentemente, o termo de referência que o instrui, passando a cláusula 15.3 do instrumento convocatório à seguinte redação:

*“15.3 Pela prestação de serviços o Leiloeiro receberá a comissão de 5% (cinco por cento) sobre quaisquer bens arrematados pelo comprador, a ser paga no ato da arrematação. Não haverá comissão paga pelo comitente em razão da venda dos bens em leilão.*

*15.3.1 O Município não tem responsabilidade pela cobrança da comissão de venda pelo leiloeiro, nem pelos valores despendidos por estes para recebê-la do comprador.”*

Diante do exposto, conheço e dou parcial provimento a impugnação exposta para fins de retificar a redação do item 15.3 do edital e esclarecer que conforme adesão pelos interessados, o Leiloeiro será remunerado exclusivamente pela comissão recebida do comprador. Considerando o disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, desnecessário nova divulgação do edital, porquanto o credenciamento permanecerá aberto a interessados que pretenderem a contratação em condição padronizada.

Ouidor, 29 de fevereiro de 2024.



64.3478-1162  
Av. Irapuan Costa Júnior, 915  
Centro - Ouvidor/GO - CEP 75715-000  
[www.ouvidor.go.gov.br](http://www.ouvidor.go.gov.br)

REDES SOCIAIS:



---

**Tatiane Helena de Almeida Matos.**  
Agente Municipal de Contratações  
**Departamento de Licitações.**  
Município de Ouvidor.

**Original assinado!**